

## Cultura, memória, instituição e *habitus* na formação da identidade profissional

### Culture, memory, institution and habitus in the formation of professional identity

**Paula Martini**

Bacharela; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
E-mail: paulamartini.bib@gmail.com

**Valdir José Morigi**

Doutor; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil  
E-mail: valdir.morigi2@gmail.com

**Resumo:** Apresenta uma descrição dos elementos que exercem relações de força na formação dos *habitus* profissionais. Observa como a memória se relaciona com o *habitus*, e qual é o seu papel na formação do currículo e da identidade profissional. O estudo adota uma metodologia descritiva analisando e ponderando um olhar crítico sobre o currículo como instrumento na formação do *habitus*. Conclui-se que as representações sobre o currículo mobilizam comportamentos, conhecimentos derivados das memórias institucionais que auxiliam na formação dos *habitus* e na identidade dos profissionais.

**Palavras-chave:** *Habitus*. Memória. Instituição. Currículo. Identidade profissional.

**Abstract:** This article presents a description of the elements that exert power relations in the formation of professional habitus. It reflects on how memory is related to the habitus, and what is its role in shaping the curriculum and professional identity. The study adopts a descriptive methodology, analyzing and considering a reflective look at the curriculum as an instrument in the formation of the habitus. It is concluded on these relationships that, as constant representations in the curriculum, they project institutional knowledge and memories that help in the formation of habitus and in the identity of professionals.

**Keywords:** Habitus. Memory. Institution. Curriculum. Professional identity.

#### 1 Pairando sobre a superfície

As relações sociais nos acompanham desde o início de nossa vida, tal como as experiências são de vital importância. Apreendemos valores morais e éticos, tradições e costumes, saberes e comportamentos que incorporamos às nossas práticas cotidianas. Através da educação aprendemos

e compartilhamos as regras básicas de convivência social. Ao longo de nosso trajeto, as experiências que adquirimos e carregamos vão constituir parte das nossas memórias.

Nesse artigo tratamos da relação entre a cultura, a memória e o *habitus* que é conforme Bourdieu (2007), um sistema de disposições duráveis que vão se engendrando ao longo de nossa vida em nossa matriz perceptiva. A partir dessa relação, busca-se entender como eles auxiliam na formação da identidade social e profissional. A identidade é parte da constituição do homem, ou seja, como ele reconhece-se a si mesmo a partir dos processos que se estabelecem ao longo de sua trajetória de vida em meio a cultura da qual pertence, para Candau (2021) é com base na “[...] adaptação do presente ao futuro organizada a partir de uma reiteração do passado [...]” (p. 106), que o homem construirá sua identidade. Sabe-se que a formação da identidade social é complexa e envolve a cultura, o tempo, o espaço e as interações sociais que atuam na constituição da memória, principalmente os processos de institucionalização via os mecanismos educativos. Nesses processos, as instituições adquirem poder, fortalecendo a memória, em um vai e vem contínuo de lembranças e de esquecimentos.

Nas instituições universitárias, por exemplo, onde se produzem e transmitem o conhecimento científico, percebe-se que existem regras e ainda se reproduzem estruturas que vão além da formação profissional, uma vez que são produzidas subjetivações que afetam os sujeitos sociais e as suas identidades profissionais. Através do conjunto de disciplinas que compõem o currículo de um curso universitário, por exemplo, se inculca saberes e valores que vão se constituir em capital cultural. Assim, sob um poder relativamente dissimulado, mas com sua lógica e razão de ser, as instituições por meio de suas estruturas garantem o funcionamento das relações de força no ambiente acadêmico.

A partir dessas relações de força e de reprodução das estruturas de poder se firma a memória, conforme Candau (2021) trata-se de uma recordação ou conhecimento que acontece de forma imperceptível, sem a tomada de consciência, e detém com variadas configurações e esquemas os saberes e valores do grupo social ao qual pertence. Entretanto, considerando o contexto da instituição universitária como um espaço de reprodução social, a memória que se constitui, que registra as experiências, as práticas e os comportamentos na instituição, adere uma característica institucionalizada. Uma forma de lembrança das estruturas da instituição sob o aspecto de hábitos tornados mecânicos que preserva e defende os interesses da própria instituição.

No campo acadêmico a memória assemelha-se a uma arca onde encontra-se resguardado um conjunto de informações valiosas que por vezes corrobora para a construção da identidade profissional dos sujeitos durante o processo de formação acadêmica. A memória é um dos elementos que se encarrega da manutenção e perpetuação da cultura de um povo, de um determinado grupo social ou profissional. Auxilia na construção da história da instituição, e opera firmando a identidade social, profissional, local, de classe, de modos de ser, de agir. A partir dessa compreensão levantamos as seguintes indagações: Como a memória age na formação do *habitus* profissional? De que modo ela participa na construção da identidade profissional? Amparados por uma metodologia descritiva pretendemos responder às questões através de uma perspectiva crítica.

## 2 Imergindo nas correntes teóricas sobre cultura, memória e *habitus*

Os fundamentos teóricos que amparam este estudo auxiliam na evidência da relação entre a cultura, a memória e o *habitus*. A cultura adquire a sua perpetuação através da transmissão de experiências humanas consolidadas na lembrança que passam de geração em geração por meio da socialização. Socializar não é uma condição biológica dos seres humanos, mas a necessidade de exteriorizar-se está contida nesta condição. Isolado o homem é incapaz de se produzir socialmente, mas na reciprocidade e nas trocas provenientes das relações com o ambiente e com os outros o homem passa a ser um produto das interações que experimenta, produz-se a si mesmo, um ser social (BERGER; LUCKMANN, 2014).

As relações sociais compõem a motricidade das formações culturais, e a memória se faz presente na guarda dessas informações. Para entender melhor a relação entre cultura e memória partimos do conceito de cultura elaborado por Roque de Barros Laraia (2011) cultura se define a partir dos seguintes aspectos:

1. A cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações.
2. O homem age de acordo com os seus padrões culturais. Os seus instintos foram parcialmente anulados pelo longo processo evolutivo por que passou. [...]
3. A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Em vez de modificar para isto o seu aparato biológico, o homem modifica o seu equipamento superorgânico.
4. Em decorrência da afirmação anterior, o homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu hábitat.
5. Adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que agir através de atitudes geneticamente determinadas.
6. Como já era do conhecimento da humanidade, desde o Iluminismo, é este processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não

importa o termo) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística ou profissional. 7. A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula a ação criativa do indivíduo. 8. Os gênios são indivíduos altamente inteligentes que tem a oportunidade de utilizar o conhecimento existente ao seu dispor, construído pelos participantes vivos e mortos do seu sistema cultural, e criar um novo objeto ou uma nova técnica. [...]. (LARAIA, 2011, p. 48-49).

Nota-se que a cultura se compõe de diversos elementos entre eles, a determinação dos comportamentos humanos, o processo de aprendizagem, a capacidade de adaptação e de transformação do seu contexto, a capacidade artística e profissional. Ela resulta das experiências das gerações passadas de maneira histórica, ou seja, acumula as informações ao longo dos anos a partir de ações humanas experimentadas em um momento anterior e assim a cada nova geração a história se registra com novas configurações sucessivamente. Para que essas informações históricas continuem sendo registradas é necessário um suporte, a memória.

Na reincidência das experiências, a memória, um fenômeno que corrobora com a continuação das configurações sociais já estabelecidas culturalmente, guarda projeções e informações sobre os momentos vividos. A memória, “[...] transmissão social que nos ancora em nossas práticas e códigos implícitos” (CANDAUI, 2021, p. 22), possui um caráter imaterial, subjetivo, afetivo. Carrega em si as informações, os conhecimentos, e mitos, as lembranças e os esquecimentos do coletivo.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 1990, não paginado).

A memória pode construir um mundo de recordações e relegar fatos ocorridos, ora proposital, ora involuntariamente. Constantemente sujeita a reformulações, se desprende de senso crítico pretendendo satisfazer os interesses dos acontecimentos do presente, seja um jogo de poder político, econômico, social ou particular. “A sociedade tende a descartar de sua memória tudo o que pode separar os indivíduos, separar os grupos uns dos outros, e a cada época tende a remanejar suas lembranças de maneira a dispor-lhes de acordo com as condições variáveis de seu equilíbrio.” (HALBWACHS, 1994, p. 290).

No caso da memória, seu jogo consiste em conservar o que é importante, o conhecimento que é válido lembrar, que é legitimado, que representa as características mais genuínas do grupo.

Consiste também em esquecer o que não participa do interesse coletivo, não se deseja lembrar, pois pode gerar conflito, dor ou desmantelar a identidade do grupo.

A memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo de ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras. O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso da restituição do passado. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios. (CANDAUI, 2021, p. 127).

A dicotomia da lembrança e do esquecimento<sup>1</sup> aparecem na defesa de interesses. Estes interesses servem de força motriz para a memória, que prescinde de transmissão. Estabelecer a conexão entre transmissor e receptor instrumentaliza a perpetuação das informações obtidas outrora. A transmissão propicia o compartilhamento de saberes, crenças, representações, comportamentos, modos de ser e de agir. Transmitir a memória não se reduz a passar um legado, uma tradição ou uma herança, mas propagar um fenômeno que acomoda a subjetividade, os sentimentos, as ideias, os gestos, as crenças, os valores morais e éticos, as identidades sociais. De acordo com Goulart (2017) a memória é parte constituída pelo corpo social e serve de suporte para a revisitação da História.

Ao transmitir a cultura nas sociedades, a memória é percebida como um dos elementos que viabilizam a difusão das informações. A cultura concebe terreno fértil para a construção da memória. Esta, por sua vez, se reproduz de modo a conservar as informações culturais e históricas ao transmitir a cada geração. Assim, ela auxilia no fortalecimento da cultura dos grupos solidificando as experiências através da reprodução cultural. Da mesma forma, a reprodução de práticas, comportamentos e premissas veiculadas pela memória, estão presentes na constituição do *habitus* profissional principalmente, através das instituições educacionais. Estas instituições também são responsáveis pela transmissão da memória e da história. No entanto, o compartilhamento das informações, nas instituições educacionais, ocorre amparado pelo mecanismo pedagógico institucionalizado que conduz a transmissão da educação através da memória institucional.

### **3 Instituições e Memória institucional: a Escola e seus aparatos instrumentais na construção do *habitus***

As instituições educacionais dispõem de aparato instrumental pedagógico que regula a transmissão da educação aos indivíduos. Tal aparato é entendido como um conjunto estruturante de regras que

conduzem o comportamento e as ações dos indivíduos no decorrer da formação profissional. Isto porque as instituições educacionais, como as universitárias, por exemplo, percebem uma forma de organização social para atender aos interesses de sua natureza, entre eles a educação de sujeitos. Percebe-se que o funcionamento das instituições depende das relações sociais e políticas que ocorrem em seu âmbito.

No contexto das instituições educacionais, enquanto ambientes socializantes proporcionam aos sujeitos o compartilhamento de informações com a transmissão das memórias. Para Thiesen, as relações entre memória e instituição dependem de aspectos sociais e socializadores, sendo eles “um processo que indica o conjunto das experiências que formam/conformam a identidade política e social dos indivíduos, bem como a imagem que têm de si mesmos e do outro” (THIESEN, 2013, p. 77). Em outros termos, este processo indicador somente ocorre a partir das relações sociais, das interações entre os sujeitos, assim como a transmissão da memória institucional e da educação.

O contexto das relações sociais é envolto de emoções, valores, crenças e sentimentos de pertença. Conforme Thiesen (2013) desde o processo de institucionalização das relações sociais, há elementos que corroboram com a formação social, política e profissional dos sujeitos e que auxiliam na construção de sua identidade profissional. Nesse sentido, as relações familiares são precursoras da transmissão da educação que segue para as demais instituições educacionais, escolas, universidades etc. Nestas instituições, a educação transmitida servirá como capital simbólico à dimensão subjetiva dos indivíduos, ao *habitus*.

A educação, a memória e o *habitus* são oriundos da convivência social, produzidos pelo âmbito socializante e socializador, no entanto, a educação e a memória são internalizadas de alguma forma pelo *habitus*. E este irá reproduzir as suas condições de produção (tensões e disputas), no mesmo ambiente em que é produzido visando um interesse comum ao grupo. Dubar (2005) observa que

[...] reproduzir as condições de produção pode significar querer alcançar um status social superior, e não manter seu status social de origem. Para conhecer o *habitus* de um indivíduo, é preciso conhecer o de seus pais e de seus próximos e, em particular, a relação deles com o futuro, não somente as “condições objetivas” em que ele foi educado (DUBAR, 2005, p. 82).

O autor demonstra que as relações sociais desempenham um papel importante no processo educacional dos indivíduos, podendo propiciar a ascensão do grupo, da condição social, ou aumento

do patrimônio cultural. Dito de outra maneira, os mecanismos de produção são reproduzidos pelos sujeitos visando a manutenção e o bem da própria instituição. Sob a perspectiva das instituições educacionais a reprodução ocorre em meio a coletividade “pois é da natureza da instituição ser coletiva. A instituição é algo que se desprende de um fundo comum [...]” (THIESEN, 2013, p. 79). Doravante surgirão instrumentos com o propósito de viabilizar, conduzir e garantir as ações dos sujeitos na instituição.

As instituições somam à sua materialização um conjunto de instrumentos de regulamentação e de gestão que auxiliam na criação de normas encarregadas pela conservação e perpetuação do poder. Estes instrumentos são comumente reconhecidos como documentos oficiais (estatutos, regimentos, resoluções entre outros) que propiciam a sua legitimidade, são ainda basilares para o funcionamento das instituições, bem como, para orientar a ação e comportamento dos indivíduos. Os documentos oficiais são os suportes materiais de informação (digital ou não-digital) que divulgam a missão e os objetivos da instituição, estatutos e regulamentos, projeto político pedagógico, currículos, entre outros.

Por um lado, estes documentos vão constituir o acervo memorial e histórico das instituições, por outro fornecem uma base de sustentação da memória institucional e de suas práticas. Além disso, estes instrumentos normativos auxiliam na gestão da instituição e de seus espaços. Através deles se conduz a violência simbólica nos corpos, a fim de estabelecer o seu poder sobre os indivíduos, sobretudo por meio da ação pedagógica. “As instituições trazem embutidos mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta, que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras.” (THIESEN, 2013, p. 86).

A partir desta perspectiva, a instituição marca não apenas os corpos dos indivíduos, mas também cria e gere suas memórias e seus *habitus*. Podemos afirmar que a memória institucional, por meio das informações contidas nos documentos, exerce uma mediação na relação entre o sujeito e o contexto institucional. Eles auxiliam na transmissão da memória institucional porque compreendem em si os registros do que deve ser lembrado ou esquecido no âmbito das instituições. Esses documentos são auxiliares de uma memória forte que segundo Candau (2021), permitem que a transmissão da memória se estabeleça na instituição e nos *habitus* de forma duradoura. Para ele, “a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória” (CANDAU, 2021, p. 109).

O acesso aos registros que constituem as memórias institucionais, possibilita que os indivíduos se situem socialmente em suas posições ao mesmo tempo em que auxilia na formação social dos sujeitos. A memória institucional estruturada a partir do *habitus* dos dominantes marca presença na constituição do *habitus* dos dominados e será acionada por meio da reprodução. Os dominantes têm o controle e a responsabilidade de transmitir as informações, o conhecimento e os valores da classe a que pertencem. Assim, através da transmissão seja ela oral ou escrita e da gestão das memórias institucionais, estabelece-se a hegemonia sobre os dominados. As relações sociais, então institucionalizadas, viabilizam a transmissão de memórias, de capital cultural para o *habitus* profissional. A disseminação da memória institucional discorre nos registros produzidos nas escolas, regem a educação inculcada nos indivíduos e na formação do *habitus* de classe sob um poder coercitivo.

#### 4 A educação escolar e a formação do *habitus* de classe

A educação escolar sob a perspectiva de Bourdieu (1930 - 2002), revela-se como via de acesso do poder e da violência simbólica difundida sobre e entre os agentes em um mesmo campo. Pela da escola ocorre a transmissão da educação, momento em que a classe dominante exerce sua força imbuindo nos sucessores os seus conhecimentos adquiridos num momento anterior. Esses conhecimentos constituem o capital cultural da classe dominante. Este capital simbólico é considerado pelos dominantes como o conhecimento legítimo, de valor e requer grau. Dessa forma, a educação é em sua essência uma violência simbólica, uma vez que inculca o capital cultural pelos dominantes nos pretendentes corroborando para a reprodução social, cultural. A educação escolar ocorre através da comunicação, da transferência de conhecimentos, da Ação Pedagógica (AP). Segundo o autor que a ação pedagógica é

[...] objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação) (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 21).

Observa-se que a educação depende da comunicação entre as partes, de relação social. O educador, enquanto dominante e por seu *habitus*, exerce, com o auxílio da comunicação e da ação

pedagógica, a violência simbólica sobre os indivíduos. Ele transmite as informações, memórias e conhecimentos de seu tempo nos *habitus* dos estudantes. É na intenção de formar, conduzir e transmitir o capital cultural da classe dominante que se estabelece a violência simbólica recorrente e dissimulada.

A AP é objetivamente uma violência simbólica, num segundo sentido, na medida em que a delimitação objetivamente implicada no fato de impor e de inculcar certas significações, convencionadas pela seleção e a exclusão que lhe é correlativa, como dignas de ser reproduzidas por uma AP, re-produz (no duplo sentido do termo) a seleção arbitrária que um grupo ou uma classe opera objetivamente em e por seu arbitrário cultural. (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 22).

Nesse momento se ritualiza mais um processo, o de seleção ou exclusão, onde, mesmo havendo o esforço de inclusão, excluem-se aqueles que não alcançaram o que se considera mínimo para o êxito. Noutros termos, ao fim do curso de uma formação profissionalizante, os estudantes devem comprovar aos agentes dominantes o capital obtido e a sua capacidade de aderência dos conhecimentos, demonstrando certo domínio do que foi apreendido. De acordo com o campo e a prática acadêmica de reprodução do capital cultural, os detentores, da mesma forma, travaram suas disputas e passaram pelos mesmos processos, em que conquistaram o patamar prestigiado de dominantes. Nessa visão, as disputas que ocorrem no campo científico, compreendem os jogos de interesses e as tensões entre as classes sociais.

Conforme aponta Candau (2021), a memória comporta um jogo de lembranças e de esquecimentos, e a transmissão memorial ocorre por meio dos rituais, sobretudo, se encontra depositada no corpo social através da reprodução quando consumada pelo coletivo. Para o autor, significa estar gravada em uma dimensão protomemorial, ou seja, uma dimensão onde os sujeitos constroem suas identidades sociais e as demonstram de modo privilegiado. Refere ele que a protomemória é

[...] imanente a toda vida social e a todo processo de aculturação. Ela se constitui por dispositivos e disposições inscritas no corpo. Podendo determinar atitudes de condutas, a transmissão protomemorial se faz sem pensar, age sobre os indivíduos de maneira involuntária, advém da imersão na sociedade, desde a primeira infância, mais do que de uma transmissão explícita. Ela conserva, reitera e reproduz bem mais do que transforma, cria e reconstrói. Possui como característica 'a amnésia da origem, que nasce do costume' e, nesse caso, observa Bourdieu, 'é apenas porque a herança se apropria do herdeiro que o herdeiro pode se apropriar da herança'. Essa forma de transmissão é particularmente atuante em numerosos rituais humanos (como os de passagem, por exemplo), evoca a ordem social ao mesmo tempo em que evoca a memória com o objetivo de afirmar a

continuidade de uma sociedade ou de um grupo à despeito da ameaça de morte que os acompanha a todo instante (CANDAU, 2021, p. 119-120).

Nesse momento, Candau (2021) descreve mais do que as características da protomemória, ele menciona a noção de *habitus* tal como entende Bourdieu. Para ele o *habitus* é um “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191). Ao reproduzir os gestos nas práticas, nos ritos, nos objetos, nos corpos, se expressa a memória social e pela mesma razão se evidencia o *habitus*. Tal fenômeno representa a memória coletiva dos grupos reproduzindo sucessivamente os estilos de vida, visões de mundo e comportamentos engendrados de geração em geração, como na transmissão da cultura.

Deve-se considerar que a incorporação das percepções ocorre socialmente, a partir do convívio com os diferentes sujeitos e grupos que compartilham das mesmas premissas. No entanto, o registro dessas informações permanece resguardado no plano subjetivo reaparecendo mediante a reprodução das ações pelo indivíduo que as incorporou. Esta ação de reprodução, inerente ao meio social, corresponde ao modo objetivado da construção da realidade. Ou seja, como uma espécie de devolução objetiva dos registros apreendidos no plano subjetivo, no *habitus* que conserva as ações e representações e posteriormente reproduz novamente no plano social, objetivo (BOURDIEU, 1996). Porém o processo de incorporação é desigual e único posto que os sujeitos possuem a capacidade individualizada de percepção do mundo objetivo ainda que vivendo coletivamente.

Cuche (1999), do mesmo modo, entende que o *habitus* é determinante de práticas e que retrata um grupo de indivíduos. Estes vivem sob a condição de um mesmo modo de vida, portanto, partilham das mesmas disposições e condições sociais dentro do grupo ou da classe à qual pertencem, diferenciando-se das demais.

Os condicionamentos associados com uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios que geram e organizam práticas e representações que podem ser objetivamente adaptados aos seus resultados, não pressupondo mirar conscientemente os fins ou um domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los. Objetivamente "regulado" e "regular" sem ser de forma alguma, o produto de obediência às regras, eles podem ser coletivamente orquestrados sem ser o produto da ação organizadora de um condutor (BOURDIEU, 1990, p. 53, tradução nossa).

Compreende-se então que o *habitus* é uma das propriedades dos campos e dos agentes, produzido pelo campo concomitantemente engendrado nos corpos dos sujeitos, que se materializam pela reprodução. Wacquant (2007) reforça que esse fenômeno é “história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental” (WACQUANT, 2007, p. 66). Complementando Wacquant, não apenas história, mas memória, visto que uma necessita da outra para que possam existir. Em seu contexto, o *habitus* incorpora história e memória em sua estrutura enquanto capital cultural. Assim, o *habitus* auxilia na conservação das memórias, que por sua vez se reproduzem através do mesmo desde o seu *status* de origem. Em outras palavras, a memória beneficia-se do *habitus* para o transporte de informações sedimentadas no corpo social. Tanto a memória quanto o *habitus* são subjetividades que apreendem um conjunto de esquemas, projeções, informações e conseqüentemente se materializam por intermédio da reprodução social, cultural.

Percebe-se que a memória constitui capital cultural para o *habitus*, este por sua vez, é viabilizado pela condição de vida da família de origem. Uma família com capital cultural elevado é capaz de prover condições que propiciam ao indivíduo o acúmulo de capital na vida escolar e acadêmica, posteriormente. Ribeiro Valle (2013) observa também que o capital cultural oriundo da família possibilita a construção de um capital científico copioso. Afirma a autora que “[...] a escola distancia os detentores de capital herdado dos que não o possuem, realizando uma verdadeira operação mágica que separa o sagrado do profano [...]” (RIBEIRO VALLE, 2013, p. 417), como citado anteriormente nos rituais de seleção.

Em Bourdieu (1976), o capital cultural tem um papel importante no jogo, pois ele é a salvaguarda dos agentes e permite que estes prossigam com suas disputas no campo. Salienta-se que ao somar capital corrente do campo os sujeitos sustentam e incorporam o saber e as práticas em seus *habitus* e reproduzem num momento posterior. Contudo, há regras pré-determinadas pelos dominantes nos campos científicos, e fazendo o uso delas, eles disputam entre si para defender o seu capital cultural baseado nas conquistas heurísticas reconhecidas ao longo do trajeto (BOURDIEU, 1976).

Segundo Bourdieu (2019, p. 115): “O capital universitário se obtém e se mantém por meio da ocupação de posições que permitem dominar outras posições e seus ocupantes, como todas as instituições encarregadas de controlar o acesso ao corpo [...]”. Isto implica afirmar que, estabelecido o campo científico, os dominantes acumulam títulos acadêmicos que carregam a valoração reconhecida por antecessores e que, por essa razão, garantem o direito de passagem dos

pretendentes para a classe pretendida, de agentes dominantes. Silva (2006) demonstra sob a compreensão de Morin (2003) que existem dois tipos de capital que constituem o capital cultural, sendo eles o capital cognitivo no qual se acumula saberes, crenças, normas, proibições e valores, e o capital técnico, que diz respeito às práticas, regras, saber-fazer.

A educação é um processo contínuo e constante, que se inicia com o processo de socialização primária da criança desde a família, e tem continuidade nos demais processos de socialização secundária e terciária. É propiciada pela partilha da experiência com outros indivíduos nos espaços escolares e universitários, que reforçam o papel das instituições como viabilizadoras de poder e de violência simbólica. A instituição atravessa os indivíduos com a mediação da educação à medida que os currículos são institucionalizados, auxilia na institucionalidade, na legitimação de uma identidade social e na constituição de um *habitus* profissional.

O *habitus* profissional é constituído por intermédio da comunicação das normas, dos regimentos e das práticas do campo acadêmico entrelaçando as memórias, conhecimentos e percepções hegemônicas dos dominantes. Sob as condições normativas da instituição se configura uma mesma ressalva para os sujeitos que coexistem institucionalmente. As informações transmitidas pelas memórias preservam a perpetuação ritualística das constantes disputas entre as diferentes classes sociais de seus modos de viver e de agir, reproduzindo a instituição a qual representam.

Sendo o currículo um dos instrumentos da instituição escolar e universitária que viabiliza as relações de poder e a violência simbólica sobre os indivíduos e seus corpos respectivamente, reconhece-se que este age diretamente na formação dos sujeitos. No currículo estão contidos os conhecimentos que a classe dominante, ou a instituição, querem impor para uma formação social qualificada. Nenhum currículo abrange todos os conhecimentos em sua construção, mas ele é fruto de uma seleção do que se acredita ser indispensável para a reprodução de determinada área, ou profissão, no caso de uma formação profissional. Portanto, a formação dos indivíduos é decorrente das condições sociais e culturais a que são expostos nas instituições.

Silva (2005) com razão expõe que “o currículo é uma questão de saber, identidade e poder”, afinal, nele estão contidas as informações, os saberes e conhecimentos, as memórias, formas de ser e de agir que se encontram dissimuladas pelos termos empregados nos conteúdos programáticos das disciplinas. Como se pode perceber, seguindo a lógica institucional, o currículo surge para apregoar à comunidade discente os saberes e conhecimentos basilares para a formação dos estudantes. Nele

constam os discursos e enunciados dos agentes dominantes, ou seja, o que deve ser conservado e transmitido.

O currículo enquanto estrutura estruturada viabiliza a comunicação entre os agentes dominantes e os respectivos dominados. Ao mesmo tempo encontra-se como estrutura estruturante porque é entendido como “instrumento de conhecimento e de construção do mundo objetivo” (BOURDIEU, 1989, p. 16), por contemplar os conhecimentos ditos legítimos em um formato objetivado. Na perspectiva de Silva (1999), os currículos fabricam os objetos ‘epistemológicos’ de que falam, por meio de “um léxico próprio, de um jargão, que não deve ser visto apenas como uma moda, mas como um mecanismo altamente eficiente de instituição e de constituição do ‘real’ que supostamente lhe serve de referente” (SILVA, 1999, p.11). Segundo ele, o currículo é um instrumento que viabiliza o exercício do poder e da violência simbólica.

O currículo como um documento proveniente da instituição, é produto dela, construído pelos agentes; carrega consigo os conhecimentos e as memórias mais específicas e pertinentes às áreas do conhecimento de que fazem parte; é auxiliar da regulamentação dos campos científicos. “É nesse movimento que atuam as instituições, funcionando como integrações de enunciados e de visibilidades, com seus aparelhos e suas regras.” (DELEUZE, 1991, p. 84). Ou seja, incluindo e excluindo informações, realizando uma seleção de conhecimentos, competências e habilidades nos conteúdos programáticos das disciplinas com o intuito de aperfeiçoar, atualizar e satisfazer as demandas da formação profissional.

Os conteúdos contemplados pelos currículos incutem através da comunicação pedagógica os conhecimentos que refletem como reagir frente aos desafios e problemas rotineiros relacionados à profissão. Carrega memórias, saberes, conhecimentos e informações oriundas de antecessores marcados por sua jornada dentro da instituição. É inegável diante do exposto que as políticas curriculares regem o poder nos campos, e para Silva (1999), concedem autoridade a certos grupos de especialistas em detrimento de outros. Assim, entende-se que o currículo é formador de grupos culturais no seio das instituições, por impor as condições necessárias para a permanência no campo, modos de ser e de agir profissionalmente, entrelaçando os indivíduos sob as mesmas condições. Ele auxilia na formação das identidades profissionais a partir de representações, de memória pela manutenção e conservação de lembranças ou promovendo alguns esquecimentos que compõem as práticas profissionais, que se ancoram nos *habitus*.

## 5 De volta à superfície: considerações finais

Ao emergir retomamos a indagação inicial acerca das relações que compreendem cultura, memória e instituição na formação da identidade profissional: como a memória age na formação do *habitus* profissional? Ambos revisitam o passado para agir e reagir no presente. A memória, por contemplar a subjetividade, as experiências, histórias e percepções de um tempo passado, assume o papel de capital cultural para o *habitus* que posteriormente revelará uma identidade forjada pelas estruturas e condições de produção disponíveis no âmbito institucional. A memória institucional é responsável por grande parte da constituição do *habitus* profissional, porque via os mecanismos coercitivos e pedagógicos, as instituições atravessam os corpos dos indivíduos induzindo a institucionalização das profissões.

Engendram uma cultura institucionalizada em que os dominantes operam como porta-vozes da instituição reproduzindo os saberes institucionalizados. Assim, contribuem para a formação de um *habitus* profissional que, por ocasião das relações sociais institucionalizadas, dão continuidade política, histórica e social da instituição, bem como a sua legitimidade. O papel da instituição na formação profissional consiste em conduzir institucionalmente as práticas dos sujeitos, que imersos neste campo, assimilam as memórias, as estruturas e a organização social. Dessa forma, asseguram as ações de reprodução através de seu aparato instrumental.

Os documentos que revelam e escondem os conhecimentos e as memórias subsidiam a ascensão da cultura institucional. Eles não compreendem inocuidade, pelo contrário, servem às propostas das instituições. Com a finalidade de formar profissionalmente os sujeitos, os documentos instrumentalizam a identidade profissional a partir das memórias de trabalho dos próprios agentes adquiridas por seus *habitus* profissionais num momento anterior. Diferente da memória, o *habitus* não é passível de mudanças, mas é capaz de reproduzir com diferentes configurações. Já a memória é flexível, por sofrer alterações, pela própria percepção em contextos distintos, ou por eventos que causam transformações nos indivíduos, entretanto, ela veicula as informações e percepções aos *habitus* profissionais.

Concluindo, a instituição viabiliza a cultura institucional por meio da transferência das memórias registradas nos documentos. Se o *habitus* se adapta às estruturas, mesmo que elas não sejam as mesmas de sua origem, gerando a reprodução da conduta profissional, na instituição, ele o faz com base nas orientações documentalizadas além das trocas das relações sociais. As

representações sobre o currículo mobilizam comportamentos, conhecimentos derivados das memórias institucionais que auxiliam na formação dos *habitus* e na identidade dos profissionais. Por meio da transmissão de memórias, da comunicação de normas, da mediação da educação apoiada pelos currículos são institucionalizadas as identidades sociais que auxiliam na constituição do *habitus* profissional.

## Agradecimentos

Expresso minha imensa gratidão às pessoas que nos ensinam todos os dias sem saber que o fazem, sobretudo aos profissionais que ensinam cientes da dificuldade da arbitrariedade.

## Referências

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis: Edufsc, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. In: BOURDIEU, Pierre. **Actes de la Recherche em Sciences Sociais**. 1976. Tradução de Paula Monteiro. Disponível em: <https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierrebourdieu.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **The logic of practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990. 319 p. Tradução: Richard Nice. Disponível em: [https://monoskop.org/images/8/88/Bourdieu\\_Pierre\\_The\\_Logic\\_of\\_Practice\\_1990.pdf](https://monoskop.org/images/8/88/Bourdieu_Pierre_The_Logic_of_Practice_1990.pdf) Acesso em: 5 jul. 2021.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2021.

CASA DO SABER. Memória e História. Saulo Goulart. 2 mar. 2017. (2min53s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lfy55jJhqS8> Acesso em: 1 jul. 2021.

- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: Edusc, 1999.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1925 e 1994.
- RIBEIRO VALLE, I. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 13, n. 38, p. 411-437, jul. 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/8090/7844>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MORIN, Edgar. **O método 5: A humanidade da humanidade**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.
- SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 10, n. 16, p. 63-71, jul./dez. 2007.

**Data de submissão:** 24 de dezembro de 2021

**Data de aceitação:** 08 de setembro de 2022

**Data da publicação:** 01 de maio de 2023

---

<sup>1</sup> Esquecimento aqui é entendido como algo que sempre se estabelece sobre as lembranças, ora contingente, ora proposital. Pode ser considerado como um remédio ou como uma censura, segundo Candau (2021) existem modalidades de esquecimento como, por exemplo, não trazer algo de volta à luz da memória em razão da negação, ou visando aliviar a dor por um incidente trágico, ou ainda em “respeito à singularidade de cada vida humana que o trabalho da memória poderia alterar” (p. 129).